

No chão da cidade:
*segregação urbana da população negra
na cidade São Paulo*

Claudia Rosalina Adão

Graduação em Serviço Social pela PUC-SP
Mestre em Ciências pelo PPG Mudança Social
e Participação Política da EACH/USP
Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo FAU/USP.
E-mail: crosalina@hotmail.com

Recebido: 02 fev. 2018

Aprovado: 23 mai. 2018

Resumo: A população negra, principalmente a sua juventude, é a maior vítima de homicídios no Brasil, o fenômeno se repete na cidade de São Paulo. Existe uma articulação perversa entre vulnerabilidade à morte, pobreza e raça. Nas periferias da cidade de São Paulo, onde estão localizados os distritos mais vulneráveis socialmente, há uma concentração da população negra e de violência letal. O objetivo desse artigo é demonstrar que esta articulação perversa está atrelada ao processo de segregação urbana da cidade.

Palavras-chave: Homicídios. Segregação Urbana. Raça. Território Urbano.

Abstract: The black people, especially its youth is the biggest victim of homicide in Brazil, in the city of São Paulo, the phenomenon has repeated. There is a perverse link between vulnerability to death and race in the urban space of São Paulo city. In the outskirts of the city of São Paulo, where the most socially vulnerable districts are located, there is a concentration of the black population and lethal violence. The concentration of homicides occurs in places with greater social vulnerability, in that places lives the majority of black people. The objective of this article is to demonstrate that this perverse articulation is tied to the process of urban segregation of the city.

Key-words: homicide; social urban segregation, race; urban territory.

Resumen: La población negra, principalmente su juventud, es la mayor víctima de homicidios en Brasil, el fenómeno se repite en la ciudad de São Paulo. Hay una articulación perversa entre vulnerabilidad a la muerte, pobreza y raza. En las periferias de la ciudad de São Paulo, donde están ubicados los distritos más vulnerables socialmente, hay una concentración de la población negra y de violencia letal. El objetivo de este artículo es demostrar que esta articulación perversa está ligada al proceso de segregación urbana de la ciudad.

Palabras clave: Homicidios. Segregación Urbana. Carrera. Territorio Urbano.

Homicídios no Brasil e em São Paulo

Segundo o *Estudo Global sobre Homicídios 2013* desenvolvido pelo Escritório das Nações Unidas sobre drogas e crimes (UNODC, 2013), no ano de 2012, 42.416 mil pessoas foram assassinadas no Brasil, o que equivale a 10% dos homicídios no mundo. Neste estudo, o Brasil ocupa um lugar de destaque no *ranking* dos países mais violentos do mundo, apresentando um dos indicadores mais altos do mundo. A taxa média de homicídios global é de 6,2 por 100 mil habitantes, ao passo que a no Brasil está próxima de 30 vítimas para cada 100 mil pessoas.

No Brasil, 93,3% dos vitimados por homicídios são jovens do sexo masculino e desse percentual 70% são negros (WAISELFISZ, 2015). Entre os jovens de 15 a 29 anos, o homicídio corresponde à principal causa de mortes não naturais no Brasil (WAISELFISZ, 2016). Na cidade de São Paulo, a taxa de homicídio é de 12,6 por 100 mil habitantes índice abaixo da média nacional de 21,9 por 100 mil habitantes (WAISELFISZ, 2015). Ainda assim, a população negra e em especial a sua juventude é a mais vitimada pela violência letal.

O Instituto *Sou da Paz* em estudo sobre a evolução de homicídios na cidade de São Paulo (BENTO & RECHENBERG, 2013) aponta uma taxa de vitimização de jovens negros na capital paulista superior às do estado de São Paulo como um todo. As armas de fogo são responsáveis por 78% das mortes entre a população jovem negra na capital. A concentração dessas mortes como demonstraremos no decorrer do artigo está nas periferias da cidade e não é um fato episódico, casual, mas construído historicamente, tendo como disparador o processo de segregação urbana e racial da cidade de São Paulo.

Buscaremos compreender como se ocorreu o processo que levou essa população a viver nas periferias da cidade a partir das origens da população negra e participação desta na economia do município de São Paulo. Existe a hipótese de que a chegada do negro em São Paulo tenha relação com a importação de escravos, em 1530, feita por Martin Afonso. Vinham do Reino e não diretamente da África (BASTIDE & FERNANDES, 2008). São Paulo, nesta época, era uma vila de população acanhada, somando, em 1535, 120 habitações. Poucos moradores possuíam escravos, os quais se ocupavam com os trabalhos da lavoura, havendo a predominância de escravos indígenas.

Algumas hipóteses justificam o baixo número de escravos negros:

- 1) a pobreza dos moradores de São Paulo que não tinham recursos para competir com os senhores de engenho do norte da Colônia na compra de escravos;
- 2) e 2) uma das principais fontes de renda dos paulistas era a venda ou escambo de índios capturados nas chamadas “guerras justas” e transformados em escravos.

As relações raciais, no decorrer do século XVII em São Paulo, foram profundamente alteradas pelo descobrimento das minas auríferas, fomentadoras das transformações no sistema econômico. Nesse período, começa a formar-se um primeiro fluxo regular de escravos negros (DOMINGUES, 2005).

Na história deste estado, o negro não é tão importante pelo papel que desempenhou no período de mineração, mas pela representação na constituição e desenvolvimento da “grande lavoura”. O desenvolvimento de São Paulo seria inconcebível sem o trabalho escravo negro, agente promotor da desagregação do antigo sistema econômico, favorecendo um tipo de exploração econômica mais complexa. A expansão econômica e o desenvolvimento da grande lavoura provocaram o aumento das correntes demográficas de negros africanos e de escravos procedentes do norte. A necessidade de renovação constante da mão-de-obra escrava que trabalhava na lavoura, considerando-se sua vida útil de apenas 10 anos (BASTIDE & FERNANDES, 2008), provocou o aumento da presença de negros em São Paulo.

O crescimento da grande lavoura em São Paulo coincide com o período de colapso do sistema de trabalho escravo no Brasil, ocorrido por pressão da Inglaterra que objetivava impedir qualquer restrição aos seus produtos. A abolição da escravatura relaciona-se, portanto, ao intento de expandir o seu mercado consumidor, impulsionado pela Revolução Industrial. A proibição do tráfico de escravos em 1850 e a Abolição da Escravatura em 1888 são marcos desse processo: “(...) A renovação ilimitada do “braço negro” tornara-se praticamente impossível, desde a cessação do tráfico (...) o trabalho escravo se revelava cada vez mais dispendioso e de aquisição mais difícil (BASTIDE E FERNANDES, 2008, p. 58).

A opção dos fazendeiros para corrigir a limitação do mercado interno de trabalho e substituir a mão de obra escrava pela livre foi a importação de trabalhadores brancos europeus. Neste período São Paulo já se configura como uma cidade agroexportadora e sede administrativa da produção cafeeira: “a expansão cafeeira, associada ao surgimento de uma indústria ainda incipiente, iriam ser determinantes para seu crescimento acelerado, que a consolidaria como a maior cidade do país já nas primeiras décadas do século XX” (FERREIRA, 2005).

Diferenciação urbana e produção social do espaço

Concomitante às atividades da economia cafeeira, acontece a primeira fase da industrialização no Brasil e a produção industrial de São Paulo supera a de todos os estados brasileiros, por esse motivo São Paulo foi a cidade que mais se urbanizou. Para compreender o contexto de urbanização em São Paulo, bem como o deslocamento da população negra nesse espaço, trataremos de alguns aspectos relacionados a diferenciação urbana e a produção social do espaço.

Partimos do entendimento de que o espaço urbano é produto do trabalho social humano e esse produto é apropriado de forma diferenciada, sendo o produto dessa apropriação diferenciada, a terra-localização ou localização (VILLAÇA, 2015). Ferreira (2005) ao tratar da diferenciação urbana e da produção social do espaço afirma que a localização é que determina o valor do solo urbano:

Esta (localização) se caracteriza pelo trabalho social necessário para tornar o solo edificável (a infraestrutura urbana), as próprias construções que eventualmente nele existam, a facilidade de acessá-lo (sua “acessibilidade”) e, enfim, a demanda. Esse conjunto de fatores é que distingue qualitativamente uma parcela do solo, dando-lhe certo valor e diferenciando-o em relação à aglomeração na qual se insere. (FERREIRA, 2005, p. 06)

O espaço urbano em São Paulo é diferenciado a partir de sua localização, composta pela infraestrutura urbana, as construções e a facilidade para acessá-lo, e o Estado tem papel crucial na produção de localizações.

Harvey (2014) trata da importância do papel do Estado na produção e exploração das condições geográficas desiguais. A riqueza e o bem-estar de territórios particulares aumentam à custa de outros territórios.

As condições geográficas desiguais não advêm apenas dos padrões desiguais de dotação de recursos naturais e vantagens de localização; elas são também, o que é mais relevante, produzidas pelas maneiras desiguais em que a própria riqueza, e o próprio poder se tornam altamente concentrados em certos lugares, como decorrência de relações assimétricas de troca. Uma das tarefas essenciais do Estado é tentar preservar o padrão de assimetrias espaciais de troca que seja mais vantajoso para ele (HARVEY, 2014).

Ferreira (2005) destaca que no início do século a diferenciação espacial pela localização e a intervenção estatal ganham outra dimensão com a intensificação da urbanização, deixando mais visível a segregação sócio espacial. O capitalismo industrial, ao exacerbar a divisão social do trabalho e a luta de classes, acentuou a divisão social do espaço: era quase natural que as classes dominantes continuassem a se apropriar dos setores urbanos mais valorizados pela sua acessibilidade e pela infraestrutura disponível, deixando os bairros menos privilegiados para as classes mais baixas.

A diferenciação social passa a gerar bairros com péssimas condições de habitabilidade. O Brás e a Lapa eram os bairros operários, tanto pela proximidade da estrada de ferro inglesa, que tornava interessante a implantação das fábricas, quanto por serem as várzeas dos rios Tamanduateí e Tietê, com forte ocorrência de alagamento e, portanto, pouco interessantes ao assentamento habitacional das elites. Estas concentravam-se nos “bairros nobres”, para os quais a intervenção estatal não foi tímida: a construção do Viaduto do Chá, que ligava o “centro velho” à cidade nova, a abertura da Avenida Paulista, ainda na última década do século XIX e a implantação de infraestrutura básica no bairro de Higienópolis, nas encostas arborizadas e agradáveis do espigão da cidade. Segundo Bonduki (2004) é entre 1886 e 1900 que se dá o primeiro momento crítico de falta de habitação na cidade de São Paulo (FERREIRA, 2005). A população negra compunha e compõe as classes mais baixas de São Paulo, e para ela foram destinadas as piores regiões da cidade.

Territórios negros

Tratar dos territórios negros nos remete, primeiramente, ao entendimento do da noção de território. Na busca por uma conceituação do termo, deparei-me com os estudos de Milton Santos. O autor afirma que este em si não se refere a um conceito: “O território em si para mim, não é um conceito. Ele só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam (SANTOS, 2002, p. 22)”.

A noção de território se constitui a partir da relação entre este e as pessoas que se utilizam dele, estabelecendo-se uma relação inseparável entre ambos. Ele diz respeito a realidade da vida coletiva, concretizando diversas relações, quais sejam: sociais, de vizinhança, solidariedade e de poder. É nele também que as desigualdades sociais se tornam evidentes (KOGA, 2003).

Tratar dos territórios que eram ocupados pela população negra no fim da escravidão e pós-abolição, engloba a dimensão das vivências, relações, trabalho e produção de cultura e resistência e reprodução de desigualdades sociais. Aos negros e negras foram destinadas as piores localizações da cidade corroborando o lugar que estes ocupavam na divisão social do trabalho (OLIVEIRA, 2013).

Além do trabalho na grande lavoura os negros e negras ocupavam-se dos serviços domésticos e o pequeno comércio. A circulação dessa população pelas ruas como escravos e/ou libertos, como vendedores, ambulantes, quitandeiras, pessoas em trânsito para os trabalhos domésticos nas casas senhoriais, escravos de tabuleiro, fazia parte da dinâmica/cenário no centro velho da cidade. Próximo a essa região concentravam-se as áreas de moradia das elites.

Rolnik (1989) relaciona os lugares de moradia com a ocupação dos escravos e ex-escravos na cidade de São Paulo. A presença do negro no serviço doméstico, seja como escravo, seja como liberto, definia a contiguidade do território negro em relação ao espaço senhorial.

O espaço das fontes, bicas d'água e rios, onde os escravos domésticos iam buscar água e as escravas e forras iam lavar roupa, constituíam também nódulos de um território de múltiplos pontos de conexão, que acabavam por desenhar um fio invisível ao redor do espaço das casas senhoriais: sul da Sé, largo da Foca, paredão do Piques, bica do largo do Carmo, várzea do Carmo, mercado do Acu, largo do Rosário, tanque do Zunega (ROLNIK, 1989).

Além dos locais de comércio e moradia, configurava-se também como territórios negros da época os quilombos urbanos, como os Campos do Bexiga – na época Mata do Saracura - e as irmandades. As regiões de Santa Efigênia, Barra Funda, Lavapés constituíam os territórios negros da cidade de São Paulo, área delimitada como Centro Velho. No pós-abolição, negros e negras continuaram habitando essa região, vivendo em porões e cortiços, sendo essa a única opção barata de moradia no centro.

A constituição de um mercado imobiliário dual, no qual os pobres eram colocados na periferia, começou com a proibição de instalar cortiços na zona central definida pelas Posturas de 1886 e reiterada pelo Código Sanitário de 1894, que proibia terminantemente a construção de cortiços e permitia a construção de vilas operárias higiênicas fora da aglomeração urbana (ROLNIK, 1989, p. 48).

Da “desmontagem” dos territórios negros à formação das periferias

Durante a administração do prefeito Antônio Prado (1899-1911) foram realizados os chamados “trabalhos de melhoramentos da cidade” (ROLNIK, 1989): o alargamento e a construção de ruas, construção de praças, transferência e demolições de mercados. Neste período a população negra foi desalojada de seus territórios, que eram considerados promíscuos pela elite da época. Desmontá-los era fundamental para intensificar o poder das aparências europeias e conferir uma imagem metropolitana à cidade e à República nascente (ROLNIK, 1989).

Os “trabalhos de melhoramentos da cidade” inseriam-se nos planos urbanísticos que eram a forma pela qual o Estado exercia o seu controle sobre a produção do espaço urbano. As relações de poder se estabeleciam no âmbito urbano por um lado, em torno do privilégio dado as elites no direcionamento dos recursos públicos e na construção de bairros de elite, e de outro pela exclusão que atingia invariavelmente a população urbana mais pobre, e posteriormente o proletariado urbano (FERREIRA, 2005).

Estes trabalhos culminam com o processo de periferização das classes populares (abertura de loteamentos, autoconstrução em bairros distantes das áreas equipadas pela rede de transporte público da cidade, segundo uma lógica de higienização). Amparadas pela ideia de higienização dos bairros mais pobres – espaços em que se verificava uma relação direta entre insalubridade e doenças como a febre amarela, entre outras – as intervenções da época aproveitavam tal justificativa para promoverem paulatinamente a expulsão da população mais pobre das áreas centrais e renovar esses bairros com novos padrões de ocupação (FERREIRA, 2005).

Em São Paulo, como em diversas outras metrópoles brasileiras, a origem da intervenção do poder público no controle da produção do espaço urbano e da habitação deu-se através de medidas urbanísticas higienistas. O uso da legislação como aparato para o investimento em infraestrutura e equipamentos intensificou a segregação espacial, beneficiando o mercado imobiliário que atua através da especulação urbana¹. Tal advento provocou a migração dos que não tinham possibilidade de comprar ou manter uma moradia nessas áreas para as regiões mais longínquas das cidades:

(...) a implantação de uma complexa legislação urbanística, que estabelecia normas extremamente rígidas para a construção de edifícios e para as possibilidades de uso e ocupação do solo. Com isso, saía privilegiado o mercado imobiliário, capaz de respeitar tais regras ou dobrá-las graças à sua proximidade com o Poder Público e seu poder financeiro, e prejudicava-se definitivamente a população mais pobre, incapaz de responder às duras exigências legais (FERREIRA, 2005, p. 08).

A autoconstrução de casas, na qual os próprios habitantes construam as suas moradias em loteamentos irregulares ou em favelas, e a pressão daqueles para que o Estado reconhecesse estas áreas e instalasse serviços públicos, foi o padrão de formação das periferias da cidade de São Paulo, representando o símbolo de padrão de segregação centro-periferia, predominante durante o desenvolvimento da cidade dos anos 40 aos 80 (CALDEIRA, 2013).

Em 1932 foi elaborado o Código de Obras de São Paulo para atender às pressões sociais que exigiam a instalação de serviços públicos (ROLNIK, 1997). Este dispositivo permitia o reconhecimento dos loteamentos irregulares da periferia sem, no entanto, estabelecer os critérios norteadores, deixando-os a cargo dos técnicos municipais e da Diretoria de Obras. Tal lacuna deu ao Estado condições de selecionar, muitas vezes, segundo interesses eleitorais e imobiliários, quais áreas deveriam ser urbanizadas.

Dessa forma, a constituição destes territórios foi marcada pelo descaso do Poder Público no que tange à garantia de condições dignas de vida e infraestrutura de acordo com as necessidades dos habitantes destas localidades. Este padrão de urbanização segregadoraⁱⁱ gerou desigualdades ainda latentes na cidade de São Paulo. A segregação negra está atrelada ao processo de zoneamento social, não por acaso as localidades com maior concentração de negros estão nas regiões limítrofes da cidade. Desde as primeiras décadas do século XX, o retrato etnográfico da população negra na cidade de São Paulo não passou por transformações estruturais, negros e negras continuam nos lugares pobres, distantes das melhores áreas da cidade ou próximos, mas distantes da hierarquia socioeconômica.

Olhar para a composição étnica da população da cidade de São Paulo e para as regiões que cada segmento habita, ajuda a perceber que a segregação é social, espacial e também racial. Segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizado em 2010, a população negra representava 37% dos habitantes do município de São Paulo, brancos representam 60.6% e amarelos 2,2%. A cidade de São Paulo possui 96 distritos divididos em 31 subprefeituras. A tabela e o gráfico abaixo apresentam as 5 subprefeituras com o maior percentual de negros e as 5 subprefeituras com o menor percentual.

No chão da cidade

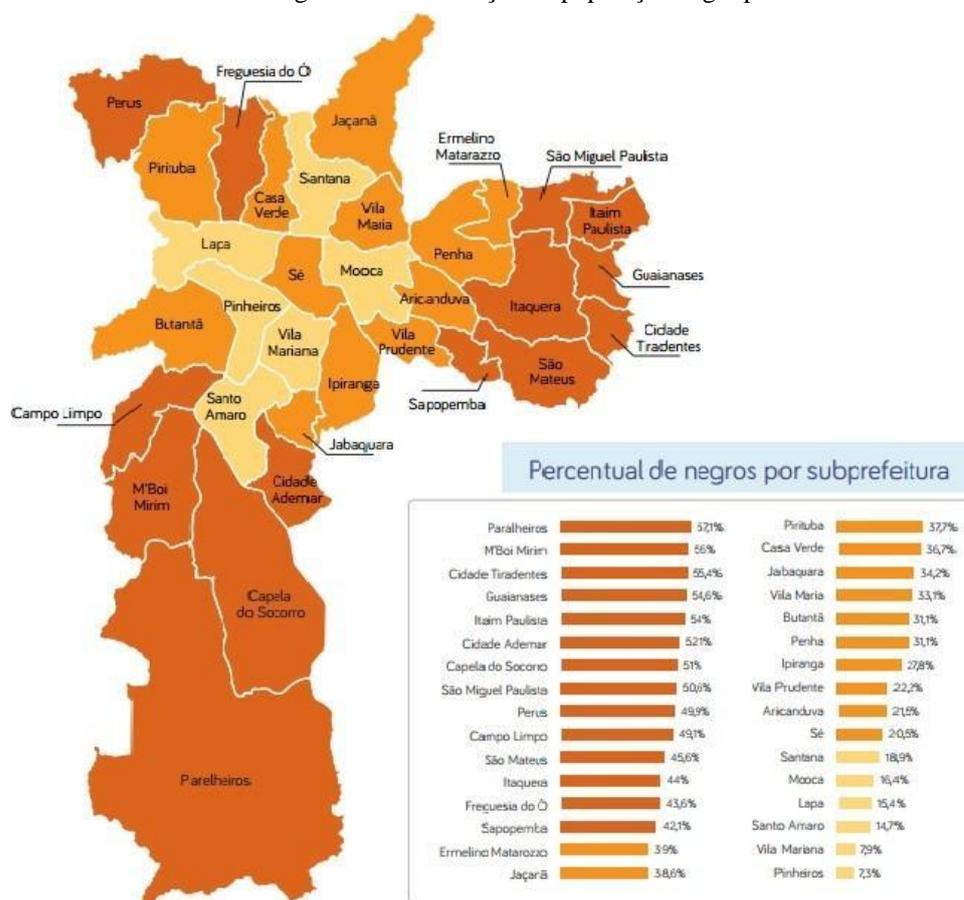
Tabela 3 - Percentual de negros por subprefeitura na cidade de São Paulo.

Subprefeitura	Percentual de negros
Parelheiros	57
M'Boi Mirim	56
Cidade Tiradentes	54
Guaianases	54
Cidade Ademar	52
Mooca	16
Lapa	15
Santo Amaro	14
Vila Mariana	7
Pinheiros	7

Fonte: Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial de São Paulo.

Parelheiros, M'boi Mirim, Cidade Tiradentes, Guaianases e Itaim Paulista correspondem às regiões com o maior percentual de negros; Pinheiros, Vila Mariana, Santo Amaro, Lapa e Mooca correspondem às cinco regiões com o menor percentual. No Mapa abaixo está representada a distribuição da população negra por distrito administrativo com base no censo de 2010.

Figura 1 – Distribuição da população negra por distrito



Fonte: Relatório SP Diverso

As áreas destacadas em laranja escuro no mapa relacionam-se às regiões com maior concentração negra, localizadas nas periferias da cidade.

Caminhos desiguais: pobreza na cidade de São Paulo

A Fundação SEADE criou o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS)ⁱⁱⁱ, objetivando identificar a localização espacial dos territórios com maior vulnerabilidade social, analisando detalhadamente as condições de vida dos habitantes do Estado e dos municípios de São Paulo. As informações utilizadas para a criação do Índice são provenientes do Censo Demográfico 2010, detalhadas por setor censitário^{iv}. Os grupos de vulnerabilidade são numerados de 1 a 7, quanto maior o número, pior a condição de vida.

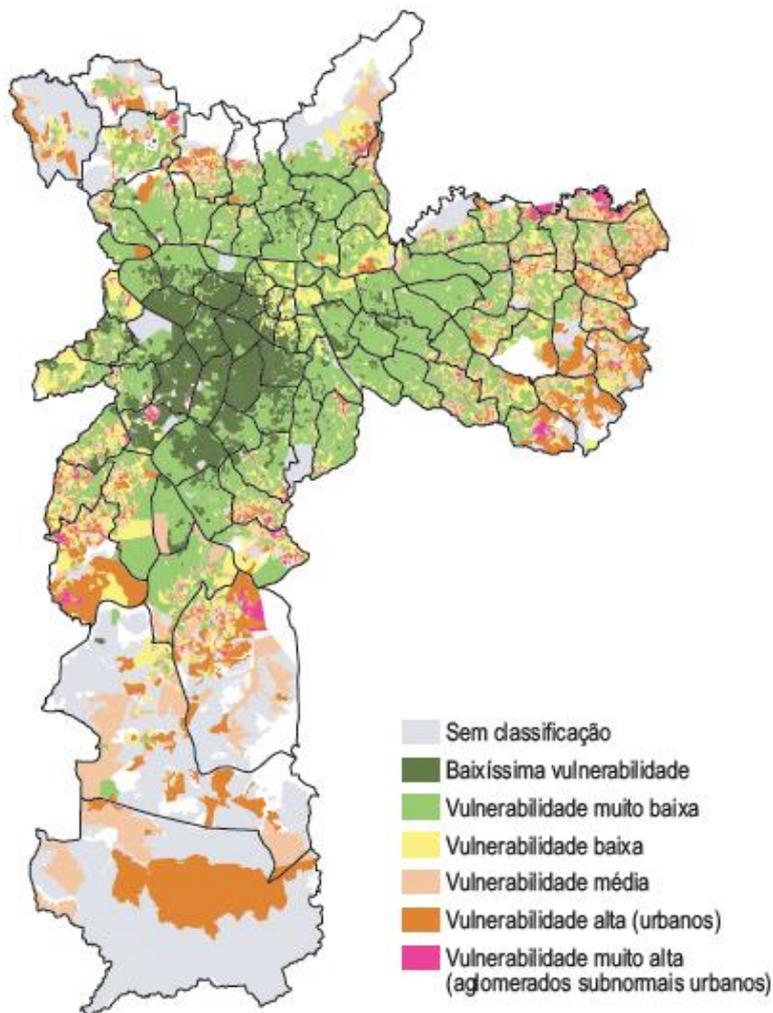
Quadro 3 – Grupos de Vulnerabilidade Social

Baixíssima
Muito Baixa
Baixa
Média
Alta
Muito Alta
Muito Alta Rural

Fonte: Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS)

Na ilustração a seguir é possível verificar que os distritos com maior vulnerabilidade social estão concentrados nos extremos da cidade, e os de menor vulnerabilidade social na região central, especificamente no quadrante sudoeste.

Figura 2 – Mapa da Vulnerabilidade Social do Município de São Paulo

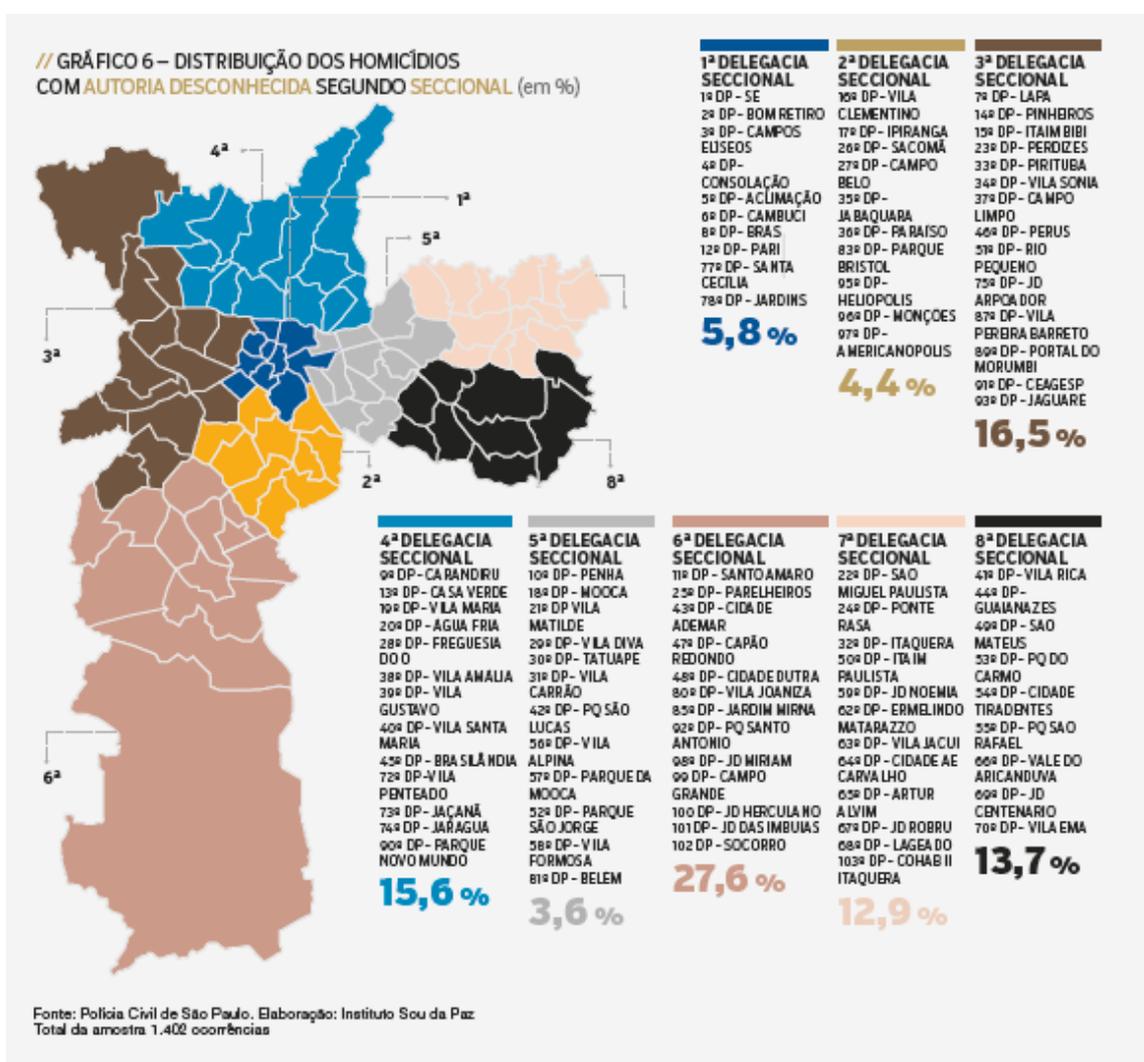


Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento – Município em Mapas – Indicadores Sociais

Segundo os dados do IPVS em 2010, 70,1% da população da cidade de São Paulo vivia em áreas de baixa, muito baixa ou baixíssima vulnerabilidade social, correspondendo aos grupos 1, 2 e 3, e 7,5% da população residia em territórios de alta vulnerabilidade social. Os grupos de menor vulnerabilidade social concentram-se nos distritos de Alto de Pinheiros, Perdizes, Consolação, Jardim Paulista, Vila Mariana, Moema, Pinheiros, Morumbi e Santo Amaro e correspondem às subprefeituras da Lapa, Pinheiros, Santo Amaro, Vila Mariana e Butantã. Nos extremos do município, principalmente nos distritos de São Rafael, Grajaú, Jardim Ângela, Capão Redondo, Vila Andrade, Jardim Helena, São Miguel, Vila Jacuí, correspondentes às subprefeituras de Campo Limpo, Capela do Socorro, São Miguel, Guaianases e Parelheiros, há a concentração dos grupos de alta e muito alta vulnerabilidade (5 e 6).

Ao analisar a distribuição dos homicídios no espaço urbano da cidade de São Paulo, O Instituto Sou da Paz em estudo sobre a violência letal^v, utilizou dados referentes à violência letal no período de janeiro de 2012 a junho de 2013, constatando que as localidades de maior incidência de homicídios concentram-se nas áreas correspondentes à 6ª seccional. Esta reúne diversos distritos policiais da zona sul e abrange os bairros de Parelheiros, Santo Amaro e Cidade Ademar, representando 25,3% dos homicídios. Em segundo lugar está a 8ª delegacia seccional que abrange as subprefeituras de Guaianases e Cidade Tiradentes, correspondendo a 13,7%; as 2ª e 5ª seccionais, cujas jurisdições encontram-se nas subprefeituras de Pinheiros, Vila Mariana e Lapa, apresentam o menor volume de registros de homicídios, 4,4% e 3,6% respectivamente.

Figura 3 – Distribuição dos homicídios segundo seccional



Fonte: Instituto Sou da Paz

Os dados apresentados referentes a distribuição racial, a vulnerabilidade social e distribuição de homicídios na cidade de São Paulo, demonstram essa articulação e escancararam a sonegação a direitos básicos demonstrando as condições de vida precárias vivenciadas nas periferias por grande parte da população negra, a qual está mais exposta a incidência de violência letal, articulando vulnerabilidade à morte, raça e território. Essa realidade impõe a necessidade de medidas urgentes de reversão da condição de vulnerabilidade a qual negros e negras estão submetidos, que passa por criar uma nova forma de ser cidade que se proponha a reverter o processo histórico de segregação racial e urbana.

Referências

- BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branco e negro em São Paulo**. São Paulo: Global, 2008.
- BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 4ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. 3. ed. São Paulo: Editora 34, Edusp, 2013.
- DOMINGUES, Petrônio. **Uma história não contada**: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós- abolição. São Paulo: editora Senac, 2005.
- FERREIRA, João Sette Whitaker. **A cidade para poucos**: breve história da propriedade urbana no Brasil. LABHAB, 2005. Disponível em <goo.gl/kQyM6Y> Acesso em: 20 jan. 2016.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2014.
- _____. INSTITUTO SOU DA PAZ. **Homicídios na cidade de São Paulo**: diagnóstico das ocorrências registradas entre janeiro de 2012 e junho de 2013 Disponível em <http://www.soudapaz.org/upload/pdf/3_homicidios_sp_ligiarechenberg.pdf> Acesso em: 15 jun. 2015.
- KOGA, Dirce. **Medidas de cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.
- OLIVEIRA, Reginaldo José de (org). **A cidade e o negro no Brasil**: cidadania e território. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2013.
- SANTOS, Milton. **O país distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.
- ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e no Rio de Janeiro), **Estudos afro-asiáticos**. Rio de Janeiro, n.17, p. 29-41, 1989.

_____. **A cidade e a lei:** legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, 1997.

SANTOS, Milton. **O país distorcido:** o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial – **Relatório igualdade racial em São Paulo:** avanços e desafios – Relatório SP Diverso. São Paulo, 2014. Disponível em <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/igualdade_racial/arquivos/Relatorio_Final_Virtual.pdf> Acesso em: 25 out. 2016.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Planejamento – **Município em mapas:** índices sociais, 2004. Disponível em <http://www9.prefeitura.sp.gov.br/sempla/mm/mapas/indice5_1.pdf> Acesso em 28 abr. 2017.

UNODC, 2013. **Relatório mundial sobre drogas.** Nações Unidas. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/lpobrazil//Topics_drugs/WDR/2013/Sumario_Executivo_Portugues_FINAL.pdf> Acesso em 12 mai. 2017.

VILLAÇA, Flávio. O território e a dominação social. In: **Margem esquerda.** São Paulo: Boitempo. V. 24, p. 31-36, 2015.

WASELFISZ, Jacob. **Mapa da violência 2015:** mortes matadas por armas de fogo. Unesco, Brasília, 2015. Disponível em <<https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>> Acesso em 12 mar. 2015.

_____. **Mapa da violência 2016:** mortes por armas de fogo. Unesco, Brasília, 2015. Disponível em <http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2016_jovens.php> Acesso em 04 out. 2016.

ⁱ Na especulação urbana, localidades bem estruturadas são vendidas a altos preços e outras áreas ficam temporariamente sem uso, esperando incentivo por parte do poder público para também se tornarem valorizadas e posteriormente vendidas.

ⁱⁱ Segregar significa “por à margem, isolar, separar e marginalizar determinado segmento social, político, racial e religioso no corpo da sociedade (OLIVEIRA, 2013, p. 43).

ⁱⁱⁱ O Mapa da Exclusão/Inclusão Social foi um estudo pioneiro realizado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e coordenado pela assistente social Aldáiza Sposati que objetivava mensurar a presença da exclusão/inclusão na cidade de São Paulo, o primeiro produto foi lançado em 1995 e o último em 2000. No ano de 2004 a Secretaria da Assistência Social da cidade de São Paulo lança o Mapa da Vulnerabilidade Social do Município de São Paulo, a partir da análise do Censo 2010, com o objetivo de identificar com maior precisão as áreas da cidade mais expostas a situação de vulnerabilidade. Optamos nesse estudo, em utilizar os dados do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social por este ter informações mais atualizadas provenientes do Censo 2010.

^{iv} As informações sobre populações residentes em cada município, coletadas pelo Censo 2010 foram decompostas por setores censitários, que corresponde a um agrupamento contíguo de aproximadamente 300 domicílios.

^v Homicídios na cidade de São Paulo: diagnóstico das ocorrências registradas entre janeiro de 2012 e junho de 2013.